

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E COMUNIDADE

**Esta impressão não tem validade antes de ser enviada para o SIGProj
Submeta a proposta e imprima novamente este documento.**

**FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIGProj
EDITAL EDITAL PAEX-PROCEU/UEDESC nº 01/2021**

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:

SIGProj N°:

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO: Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Escolar

TIPO DA PROPOSTA:

Curso Evento Prestação de Serviços
 Programa Projeto

ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL:

Comunicação Cultura Direitos Humanos e Justiça Educação
 Meio Ambiente Saúde Tecnologia e Produção Trabalho
 Desporto

COORDENADOR: Tania Regina da Rocha Unglaub

E-MAIL: taniaunglaub@gmail.com

FONE/CONTATO: / 48-99120214

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E COMUNIDADE

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:
SIGProj N°:

1. Introdução

1.1 Identificação da Ação

Título:	Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Escolar
Coordenador:	Tania Regina da Rocha Unglaub / Docente
Tipo da Ação:	Programa
Ações Vinculadas:	Não existem ações vinculadas
Edital:	EDITAL PAEX-PROCEU/UDESC nº 01/2021
Faixa de Valor:	
Instituição:	UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
Unidade Geral:	CEAD - Centro de Educação à Distância
Unidade de Origem:	DPAD - Departamento de Pedagogia a Distância
Início Previsto:	01/02/2022
Término Previsto:	31/01/2024
Possui Recurso Financeiro:	Sim
Gestor:	
Órgão Financeiro:	Conta Única

1.2 Detalhes da Proposta

Carga Horária Total da Ação:	1024 horas
Justificativa da Carga Horária:	Este Programa de Extensão contempla anualmente o total de 512 horas que serão distribuídas com a operacionalização das cinco ações na interação direta com o público participante. Por se tratar de um programa de extensão bianual, a carga horária de efetiva execução com o público envolvido nas ações propostas para o

biênio 2022 e 2023 totalizam 1024 horas, considerando a carga hora de estudos, planejamento e execução das ações de extensão conforme segue:

Ação 01 - Ciclo de palestra em rede: Direitos Humanos e inclusão escolar - 60 horas de certificação

Coordenadora: Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco e Cléia Demétrio Pereira

Esta ação envolverá professores e gestores das redes municipais e estaduais da educação de Santa Catarina, assim como estudantes dos cursos de licenciaturas. As palestras em rede serão ofertadas presencialmente nos polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e redes de ensino de municípios parceiros deste programa de extensão. Esta ação proporcionará o envolvimento de professores e gestores que contribuíram para a construção do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019) e a relação que se estabelece com outras políticas curriculares, nesse caso, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017), que são referências para a construção dos currículos locais, tendo em conta a diferenciação curricular para os percursos formativos de crianças e adolescentes da educação básica, subsidiados pelos princípios da diversidade humana e educação inclusiva. Esta formação em rede proporcionará o fortalecimento das redes de ensino no âmbito do território catarinense, diante dos desafios presentes nas práticas curriculares da educação básica.

Ação 02 - Curso de Extensão a distância “Educação inclusiva e diferenciação curricular: o currículo na e para a diversidade escolar” - 120 horas de certificação

Coordenadora: Cléia Demétrio Pereira e Maria da Glória Marques Bitencourt

Esta segunda ação contempla um público maior e envolverão professores e gestores escolares das redes municipais e estaduais da educação de Santa Catarina, estudantes dos cursos de licenciaturas e interessados da comunidade externa em geral. O curso será ofertado a distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle, do Centro de Educação a Distância – CEAD/UDESC. Este espaço de aprendizagem virtual proporcionará aos participantes refletir sobre os processos de inclusão escolar da diversidade humana no contexto da educação básica e a importância do trabalho colaborativo, subsidiados pelas políticas de educação inclusiva brasileira. Proporcionará ainda, repensar as relações que se estabelecem entre as políticas curriculares, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense e Ensino Médio (SANTA CATARINA, 2019; 2020) como referenciais que fundamentam a construção das políticas curriculares locais e, em particular, do Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades educativas da educação básica.

Ação 03 - Rodas de conversas: (re)contando os direitos educacionais de crianças e adolescentes com as múltiplas

linguagens – 40 horas de certificação

Coordenadora: Tânia Regina da Rocha Unglaub

As rodas de conversas serão ofertadas para crianças da educação infantil, estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio, e também educadores de escolas das redes de ensino de municípios parceiros. Esta ação proporcionará as crianças, estudantes e educadores refletirem sobre os direitos educacionais da diversidade humana que constituem os percursos de escolarização de crianças e adolescentes da educação básica.

Ação 4: Grupo de estudos: Direitos Humanos e Educação Inclusiva – 60 horas de certificação

Coordenadoras: Cléia Demétrio Pereira e Rosemy da Silva Nascimento

Esta ação envolve profissionais da educação e estudantes de cursos de licenciaturas, além do público externo interessado na temática proposta para aprofundamento dos estudos e se constitui como um espaço de aprendizagem, estudo, produção e disseminação do conhecimento. Os encontros do grupo de estudos ocorrerão na plataforma Moodle, com encontros mensais.

Ação 05 - Seminário “Direitos Humanos, Diversidade e Educação Inclusiva” – 20 horas de certificação

Coordenadora: Cléia Demétrio Pereira e Mariléia Mendes Goulart

O Seminário será o momento de expor os resultados das ações desenvolvidas e culminará com apresentação de trabalhos, materiais pedagógicos e relatos de experiências dos diferentes espaços escolares e ações vinculadas ao presente Programa de Extensão, além de se constituir num dos espaços mais ampliados para ampliar as reflexões e os conhecimentos que direcionam os percursos formativos de todos os estudantes e também dos professores. Esta ação envolve profissionais da educação e estudantes de cursos de licenciaturas, além do público externo interessado na temática proposta.

Cumprir dizer que, além dessa carga horária prevista para certificação, o programa de extensão envolve atividades de planejamento e organização das ações, elaboração dos materiais de estudos e produção de conhecimento, divulgação, execução das ações, certificação, avaliação e sistematização do relatório final, previstas para o biênio 2022 e 2023.

Periodicidade:

Bianual

A Ação é Curricular?

Sim

Abrangência:

Internacional

Tem Limite de Vagas?

Não

Local de Realização:

As atividades de extensão serão desenvolvidas em diferentes espaços virtuais e presenciais. As ações a serem realizadas na modalidade a distância serão executadas pela plataforma Moodle, (www.moodle.cead.udesc.br) no Ambiente Virtual de Aprendizagem

(AVA). As atividades virtuais online serão desenvolvidas pelo Canal do Youtube do Laboratório de Direitos Humanos (CAED/UDESC) e demais plataformas virtuais da UDESC (Teams e RNP). As ações previstas presencialmente serão executadas em locais disponibilizados pelas instituições parceiras e nos espaços das escolas de educação básica dos municípios envolvidos e, em auditórios disponíveis nos municípios com disponibilidade dos Polos de apoio presencial da UAB/CEAD/UDESC.

Período de Realização:

- 1ª Ação: Ciclo de palestra em rede: Direitos Humanos e inclusão escolar – 2022 e 2023
- 2ª Ação: Curso de Extensão a distância “Educação inclusiva e diferenciação curricular: o currículo na e para a diversidade escolar” – 2022 e 2023
- 3ª Ação: Rodas de conversas: (re)contando os direitos educacionais de crianças e adolescentes com as múltiplas linguagens - 2022 e 2023
- 4ª Ação: Grupo de estudos: Direitos Humanos e Educação Inclusiva - 2022 e 2023
- 5ª Ação: Seminário “Direitos Humanos, Diversidade e Educação Inclusiva” – 2022 e 2023

Tem Inscrição?

Sim

Início das Inscrições:

01/02/2022

Término das Inscrições:

31/01/2024

Contato para Inscrição:

Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc
 Centro de Educação a Distância - Cead Site para a inscrição:
www.cead.udesc.br
 Laboratório de Direitos Humanos CEAD/UDESC:
labdhumanoscead@gmail.com
 Fone: +55 48 36648424

Tem Custo de Insc./Mensalidade?

Não

1.3 Público-Alvo

O público participante das ações envolve profissionais da educação, professores, gestores e demais interessados, acadêmicos universitários e interessados da comunidade em geral.

Nº Estimado de Público: 2362

Discriminar Público-Alvo:

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	20	300	170	10	10	510
Instituições Governamentais Federais	5	50	5	2	0	62
Instituições Governamentais Estaduais	300	500	0	0	50	850
Instituições Governamentais Municipais	500	200	0	20	50	770
Organizações de Iniciativa Privada	5	0	0	0	30	35
Movimentos Sociais	10	0	0	0	30	40

Organizações Não-Governamentais (ONGs/OSCIPs)	30	0	0	0	30	60
Organizações Sindicais	5	0	0	0	30	35
Grupos Comunitários	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total	875	1.050	175	32	230	2.362

Legenda:

- (A) Docente
- (B) Discentes de Graduação
- (C) Discentes de Pós-Graduação
- (D) Técnico Administrativo
- (E) Outro

1.4 Parcerias

Nome	Sigla	Parceria	Tipo de Instituição/IPES	Participação
Escola Estadual Werner Knabenn	EEBWK	Externa à IES	Instituição Governamental Estadual	Manifestação de interesse no programa e parceria em atividades a serem planejadas e executadas mediante as ações de extensão.
Escola Estadual Engenheiro Annes Gualberto	EEBEA G	Externa à IES	Instituição Governamental Estadual	Manifestação de interesse no programa e parceria em atividades a serem planejadas e executadas mediante as ações de extensão.
Escola Municipal Pedro Marcolino Gesser	EMPM G	Externa à IES	Instituição Governamental Municipal	Manifestação de interesse no programa e parceria em atividades a serem planejadas e executadas mediante as ações de extensão.
Coordenadoria de Educação Educação de Braço do Norte	CRE - BRN	Externa à IES	Instituição Governamental Estadual	Manifestação de interesse no programa e parceria em atividades a serem planejadas e executadas mediante as ações de extensão.
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Externa à IES	Instituição Governamental Federal	Instituição parceira no processo de desenvolvimento das ações do programa de extensão.

Escola Superior Politécnica do Soyo/Angola	E.S. Politécnica do Zaire (Soyo)	Externa à IES	Outros	Parceria acadêmica, resultado do grupo de estudos em educação especial, vinculado ao OPEN/UDESC e colaboração no desenvolvimento das ações de extensão.
Universidade do Minho - Portugal	UMinho /PT	Externa à IES	Outros	Parceria acadêmica que resultou do convênio realizado no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação da Universidade do Minho/PT e a UDESC/BR e colaboração na ministração de palestras no seminário.
Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar	LabTATE/UFSC	Externa à IES	Instituição Governamental Federal	Apoio técnico e parceira no processo de desenvolvimento das ações do programa de extensão no território catarinense.
Escola de Magistério do Soyo-Zaire/Angola	E.M. do Soyo/Angola	Externa à IES	Outros	Participação, parceria acadêmica, resultado do grupo de estudos em educação especial, vinculado ao OPE/UDESC e colaboração no desenvolvimento das ações de extensão.
Secretaria Municipal de Educação de Imbituba	SME-IMB	Externa à IES	Instituição Governamental Municipal	Manifestação de interesse no programa e parceria em atividades a serem planejadas e executadas mediante as ações de extensão.
Observatório de Políticas Curriculares e Educação Inclusiva	OPEN	Interna à IES	UDESC - FAED	Apoio técnico e parceira no processo de desenvolvimento das ações do programa de extensão no território catarinense.

<p>Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC</p>	<p>NEAB/ UDESC</p>	<p>Interna à IES</p>	<p>UDESC - PROEX - CAU/PROEX</p>	<p>O NEAB/UDESC surgiu em 2003 com a finalidade de auxiliar a universidade do estado de Santa Catarina através de atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas para o combate as desigualdades raciais e as promoções das populações de origem africana. Em 2012 a temática indígena passou a integrar os projetos do núcleo. O NEAB UDESC é um espaço institucional que abrange professores alunos e funcionários de diversas áreas que junto a comunidade se compromete na defesa da diversidade étnico racial no estado catarinense</p>
<p>Núcleo Extensionista Rondon</p>	<p>NER</p>	<p>Interna à IES</p>	<p>UDESC - PROEX - CExt/PROEX</p>	<p>Criado por meio da Portaria nº 1192/2010, o Núcleo Extensionista Rondon – NER/UDESC vem possibilitando o intercâmbio dos acadêmicos e a inserção da Universidade em diferentes áreas de conhecimento e em diversos cenários do Estado de Santa Catarina, na busca do desenvolvimento regional, buscando-se, assim, a garantia da interdisciplinaridade, da interação entre a Universidade e a Sociedade, da qualidade e do impacto das ações de Extensão no âmbito da UDESC, reforçando a missão da Universidade diante a realidade social.</p>

Laboratório de Educação e Sexualidade	LabEdu Sex/CEAD/UD ESC	Interna à IES	UDESC - CEAD - DPAD	O LabDH, busca parceria junto ao LabEduSex, que tem como proposta principal ir ao encontro da necessidade de espaços educativos alternativos de discussão, reflexão e produção de material didático-pedagógico sobre as temáticas voltadas para os Direitos Humanos e demais temas periféricos, possibilitando por meio do diálogo com os participantes da comunidade em geral que se amplie o campo de pesquisa, ensino e extensão ligada a temática, com a vivência das várias linguagens midiáticas que essa Universidade pode disponibilizar.
Coordenadoria Regional de Educação de Tubarão	CRE - TB	Externa à IES	Instituição Governamental Estadual	Manifestação de interesse no programa e parceria em atividades a serem planejadas e executadas mediante as ações de extensão.
Secretaria Municipal de Educação de Gravatal	SME-G RAV	Externa à IES	Instituição Governamental Municipal	Manifestação de interesse no programa e parceria em atividades a serem planejadas e executadas mediante as ações de extensão.
Secretaria Municipal de Educação de Laguna	SME-L AG	Externa à IES	Instituição Governamental Municipal	Manifestação de interesse no programa e parceria em atividades a serem planejadas e executadas mediante as ações de extensão.

Laboratório de Direitos Humanos	LabDH/ CEAD/ UDESC	Interna à IES	UDESC - CEAD - DPAD	<p>O Laboratório de Direitos Humanos (LabDH), vinculado ao Centro de Educação a Distância/CEAD, da Universidade do estado de Santa Catarina/UDESC, instituído em 2016, por meio Resolução CEAD Nº 008/2016/CONCEAD, se constitui como um espaço promotor da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Tem o objetivo de contribuir para o avanço de estudos em pesquisas científicas e ações de extensão universitária, bem como, apoiar a implementação de políticas de ações afirmativas no âmbito da universidade e fora dela, como prerrogativas atinentes à proteção e à promoção da dignidade da pessoa humana. Pautando-se pela indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o LabDH objetiva contribuir para o avanço da pesquisa científica, na implantação das políticas de ações afirmativas na UDESC, para a promoção da formação cidadã e a efetivação dos direitos humanos, a partir das atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa, atividades de ensino (incluindo-se grupos de estudos temáticos) e ações de extensão.</p>
---------------------------------	--------------------------	---------------	---------------------	--

1.5 Caracterização da Ação

Área de Conhecimento:	Ciências Humanas » Educação » Currículo » Teoria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Curricular
Área Temática Principal:	Educação
Área Temática Secundária:	Direitos Humanos e Justiça
Linha de Extensão:	Formação Docente

1.6 Descrição da Ação

Resumo da Proposta:

O Programa de Extensão “Educação em Direitos Humanos, Diversidade e inclusão Escolar” objetiva promover o fortalecimento entre escolas e universidades, mediado pela rede colaborativa de formação permanente, atenta às práticas curriculares da educação básica. A BNCC (BRASIL, 2017) tem refletido na organização dos currículos locais dos sistemas educativos e na escolarização dos estudantes. O desafio está em promover justiça curricular e garantir os direitos educacionais para todos, considerando o ponto de partida até as expectativas de chegada aos diferentes níveis educativos. A construção do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense e Ensino Médio (SANTA CATARINA, 2019; 2020) nos permite pensar na criação de uma rede de formação, fortalecer os processos educativos da diversidade humana no espaço escolar pela educação inclusiva com articulação local e internacional. Assim, propomos cinco ações de extensão: 1ª) Ciclo de palestra em rede: Direitos Humanos e inclusão escolar (Coordenadora: Soeli Francisca Monte Blanco/Cléia Pereira); 2ª) Curso de Extensão a Distância Educação inclusiva e diferenciação curricular: o currículo na e para a diversidade escolar (Coordenadoras: Cléia Pereira/Maria da Glória Bitencourt); 3ª) Rodas de conversas: (re)contando os direitos educacionais de crianças e adolescentes com as múltiplas linguagens (Coordenadora: Tânia Unglaub); 4ª) Grupo de estudos: Direitos Humanos e Educação Inclusiva (Coordenadoras: Cléia Pereira/Rosemy Nascimento); 5ª) Seminário “Direitos Humanos, Diversidade e Educação Inclusiva” (Coordenadoras Cléia Pereira/Mariléia Goulart), resultado da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, como espaços de diálogos, estudos, debates, pesquisas, aprofundamento teórico-metodológico, reflexão, socialização das práticas curriculares e produção do conhecimento.

Palavras-Chave:

Direitos Humanos, Formação de Professores, Educação Inclusiva, Diversidade, Justiça Curricular.

Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

Esta proposta é consequência de projetos e ações que vem sendo realizadas e se reforçam com manifestação de interesses por parte de gestores da educação básica, tanto do território catarinense, quanto no Brasil e fora dele. Além disso, esses contextos têm sinalizado a necessidade de ampliar conhecimentos acerca dessa temática, inclusive com solicitações de parcerias na formação de professores, principalmente, a partir da implantação da BNCC (BRASIL, 2017) e do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019) e do Ensino Médio em 2020 (SANTA CATARINA, 2020), que refletirá essencialmente na organização dos currículos locais e dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições educativas. Assim, o programa prevê cinco ações que aproximam a universidade da comunidade, com o objetivo de promover a criação de espaços de formativos, a partir das experiências, da apropriação e construção de conhecimentos sobre a diversidade, inclusão escolar, justiça curricular e os direitos educacionais de crianças e adolescentes no contexto da educação básica. As ações previstas por este programa pretendem alcançar públicos diversificados, com alcance internacional, além de atender solicitações por demanda das redes de ensino

municipais e da rede estadual de ensino de Santa Catarina, dentre outros interessados que manifestaram intenção. As ações de extensão que compõem esse programa de extensão fazem parte das atividades curriculares previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC) <https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/840/PPC_altera_o_Pedagogia_CEAD_UDESC_VERS_O_FINAL_15391128072113_840.pdf> e no Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) - (UDESC, 2017) <https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/PDI_2017_2021_1_21_10_0680670001477414630.pdf> da UDESC (UDESC, 2016), além dos cursos de pós-graduação em nível de Especialização e Mestrado Profissional em Educação Inclusiva, que objetivam promover práticas escolares no acolhimento às variações humanas numa interface com as políticas públicas e os direitos humanos, conforme prevê o projeto do curso <https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/1793/RESOLU_O_001_2021_CPGPROFEI_1626224_6536108_1793.pdf> (UDESC, 2021). Essas ações integram o ensino, a pesquisa e a extensão no que se refere à articulação entre a educação, a inclusão e as práticas sociais e culturais por meio de linguagens que envolvem a oralidade, a leitura e a escrita, bem como, comunicação e interação pelas tecnologias digitais. O programa está articulado ao grupo de pesquisa 'Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade - CNPq/UDESC', ao 'Laboratório de Direitos Humanos' da UDESC, Laboratório de Educação e Sexualidade da UDESC, 'Laboratório de Educação Inclusiva' da UDESC estes vinculados ao Centro de Educação a Distância (CEAD), ao Núcleo Extensionista Rondon – NER da UDESC, ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC, ao Observatório de Práticas Escolares (FAED) e ao Observatório de Políticas Curriculares e Educação Inclusiva (OPEN/FAED/UDESC). A equipe de execução conta com professores efetivos e professores colaboradores da UDESC, bem como, com a participação de técnicos educacionais e administrativos, estudantes da graduação da UDESC e, profissionais de outras instituições de ensino vinculados as secretarias municipais e estadual de educação e instituições parceiras. O presente programa de extensão se caracteriza interdepartamental, ao mesmo tempo que intercentro, considerando a participação dos colegas de outros departamentos e de outros centros da UDESC: Profa. Soeli Francisca Monte Blanco do Departamento de Educação Científica e Tecnológica – DECT/CEAD; Prof. Dr. Fábio Pugliesi do Departamento de Administração Empresarial, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG/UDESC, Prof. Dr. Fábio Manoel Caliaro do Departamento de Tecnologia Industrial (DTI) do Centro de Educação Planalto Norte – CEPLAN/UDESC - São Bento do Sul. Destaca-se ainda a relação interinstitucional e também internacional, com a parceria da Profa. Mariléia Mendes Goulart da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, da Profa. Rosemy Nascimento da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Dr. Washington César Shoitto Nozu da Universidade Federal da Grande Dourado – UFGD e, para além do Brasil, a parceria com o Prof. António Antonio Tonny da Escola Superior Politécnica do Zaire (Soyo) em Angola e o apoio do Prof. Dr. David Rodrigues da Universidade de Lisboa-Portugal.

1.6.1 Justificativa

As possibilidades de mobilizar a prática da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão vêm, especialmente, das atividades de extensão desenvolvido em articulação com a educação básica, na interlocução com as redes de ensino de Santa Catarina, de pesquisas realizadas no e estudos aprofundados nos grupos de estudos 'Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade - CNPq/UDESC', ao 'Laboratório de Direitos Humanos' da UDESC, dos laboratórios de Direitos Humanos (LabDH/CEAD/UDESC), Observatório de Políticas Curriculares e Educação Inclusiva (OPEN/FAED/UDESC). Destaca-se muito fortemente as experiências enriquecedoras no âmbito do ensino com a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado que tem nos levado a refletir sobre os percursos formativos dos futuros professores do curso de Pedagogia a Distância e das contribuições para a construção do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019), publicado em junho de 2019 e do Ensino Médio em 2020 (SANTA CATARINA, 2020).

As políticas internacionais e nacionais também justificam dar continuidade nas ações de extensão propostas, considerando que a partir da década de 1990, a educação para todos foi objeto de um grande debate mundial que ocorreu na Tailândia e resultou no documento orientador, denominado 'Declaração de

Educação para Todos' (1990). Este documento propôs aos países signatários desse acordo mundial, que estudantes com necessidades educativas específicas tenham como principal lócus de escolarização, a escola de educação básica. Decorrente desse documento, outros eventos, em nível mundial, se preocuparam em ratificar a educação para todos, como a Declaração de Salamanca (1994), que tratou também de indicar a necessidade de um currículo apropriado para os estudantes que apresentam alguma limitação significativa e que frequentam escolas da educação básica, tendo como fundamento a educação inclusiva.

No Brasil, vários documentos políticos foram instituídos, reafirmando os princípios da educação inclusiva, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001; 2014, 2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), dentre outros decretos e resoluções que normatizam a oferta de serviços de educação especial no contexto da educação básica. Estudos realizados em colaboração e envolveu a pesquisa-ensino-extensão tem mobilizado, cada vez mais, o aprofundamento dessa proposta, que resultou em algumas publicações de textos, como Pereira e Unglaub (2016), Pereira e Garcez (2015), Pereira, Pacheco e Lunardi-Mendes (2016, 2017), Pereira (2019) que sinalizam o objeto de estudo voltado as políticas de educação inclusiva e seus desdobramentos nas práticas curriculares da educação básica.

Destaca-se também que esta proposta é consequência de estudos que temos realizado no âmbito brasileiro sobre as políticas de educação inclusiva e a diferenciação curricular no processo de escolarização de alunos com deficiência e, que temos tomado o contexto de escolas de educação básica como campo empírico. Além disso, esses contextos têm sinalizado a necessidade de ampliar conhecimentos acerca dessa temática, inclusive com solicitações de parcerias na formação de professores, de secretarias municipais de vários municípios catarinenses e de escolas estaduais.

Pretendemos, com este programa de extensão, estabelecer uma rede de formação, especialmente com professores da educação básica, que têm vivido experiências desafiadoras com a diversidade de alunos em sala de aula, direcionadas pelas políticas educativas, sob a ética dos direitos humanos. Por isso, temos como público dessas ações professores e gestores das redes de ensino estadual e municipal, acadêmicos de cursos de licenciaturas, crianças e adolescentes, dentre outros interessados do território brasileiro e fora dele.

Nessa direção, pontuamos como principal objeto de estudo as políticas curriculares e de educação inclusiva e seus desdobramentos na atuação das práticas curriculares, a partir das ações de extensão que se articulam, a partir da formação em rede de colaboração, com ênfase à diversidade e inclusão escolar; formação a distância mediada pelas tecnologias e sala virtual de aprendizagem – MOODLE – com foco na educação inclusiva e diferenciação curricular, de modo a refletir o currículo na e para a diversidade escolar; a realização de rodas de conversas que busca dar visibilidade aos direitos educacionais de crianças e adolescentes pelas múltiplas linguagens; oferta da oficina de cartografia tátil e escolar que culmina com o seminário que tematizará a diversidade, inclusão e acessibilidade nos processos de formação escolar, como resultado da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se em espaços de diálogos, debates, pesquisas, aprofundamento teórico-metodológico, reflexão, socialização das práticas curriculares e produção do conhecimento. Por abranger vários municípios que se mostraram interessados, manifestado por carta de intenção, além de instituições de outros países, o desenvolvimento das ações exigirá um trabalho integrado e colaborativo dos diferentes colaboradores das escolas e secretarias de educação parceiras, professores intercentros e técnicos da UDESC, colaboradores de outras instituições de ensino superior que são parceiros, bolsistas de extensão e possíveis outros agentes que estarão contribuindo para atingirmos os objetivos propostos.

1.6.2 Fundamentação Teórica

'O direito não é uma simples ideia, é uma força viva" (IHERING, 2003, p. 53).

O Direito Humano tem se tornado um tema de grande relevância nas discussões pautadas nas diferentes políticas públicas sociais no Brasil, que afetam todas as pessoas. Os Direitos Humanos são universais e refletem o reconhecimento de que há aspectos básicos da vida humana que precisam ser respeitados e assegurados, independente de classe social, nacionalidade, raça, cultura, religião, profissão, gênero, orientação social ou qualquer outra característica, sem distinção de qualquer pessoa por conta da sua diversidade humana.

Os Direitos Humanos são prerrogativas inerente à proteção e à promoção da dignidade da pessoa humana (AGRELOS; CARVALHO; NOZU, 2020) e requer cada vez mais um olhar atento às diversidades humanas a partir da ética do direito humano, respaldadas pela equidade (Rodrigues, 2021; Souza, 2021). Trata-se de um conjunto indispensável de direitos para toda e qualquer pessoa ter uma vida digna, como destaca Dallari (2004).

As políticas que resguardam os Direitos Humanos são frutos de um longo processo histórico de lutas, debates e embates que se mantém vivas e atuantes até o momento. São diversos os documentos que amparam legalmente essa questão, destacando-se em nível mundial a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (1948) e em nível nacional, a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), juntamente com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2003). Importa ressaltar que a DUDH se constitui como uma das principais referências no que se refere a proteção dos direitos humanos, uma vez que em seu texto, aponta direcionamentos para a conduta de todos os cidadãos e ações governamentais frente a promoção e garantia desses direitos. Mesmo com esses aparatos legais, na prática ainda se observa uma grande discrepância entre o prescrito em lei e o contexto da execução, ou seja, na prática cotidiana. Em muitas situações vemos os Direitos humanos serem desrespeitados, não somente no Brasil, mas em diversas regiões do mundo. Infelizmente o caos impera em nossa sociedade, faltam políticas públicas em prol dos direitos do cidadão, falta conhecimento por parte da população que não os reivindicam e falta respeito ao próximo por não se reconhecer as pluralidades humanas existentes. Para Rodrigues (2015, p. 16), “a Inclusão é um DH Emergente que, à semelhança de muitos outros direitos emergentes, precisa de ser assegurada como meio para alcançar os outros direitos e como fim em si mesmo de forma a permitir a todos os cidadãos uma vida digna”, o que requer um olhar atento as especificidades humanas, particularmente, com as pessoas consideradas público da educação especial. Corroboramos com Nozu; Icasatti; Bruno (2017, p. 32) “que os avanços para o direito humano à educação inclusiva requererão, além do acesso, condições efetivas de permanência nas instituições escolares, com participação e aprendizagem de todos os estudantes [...]. Para tanto, será necessária a superação de barreiras estruturais, materiais, didáticas, humanas e atitudinais que se interpõem, cotidianamente, nos espaços escolares”.

Alguns estudos no ajudam a compreender como as políticas curriculares para a educação no Brasil têm sido influenciadas pela convergência das políticas internacionais (BALL, 2001), principalmente, aquelas que demandam de uma educação para todos na perspectiva da educação inclusiva, desde a década de 1990, mediante os desdobramentos de documentos nacionais que recomendam decisões locais, que assegurem a justiça curricular à diversidade de estudantes. Destaca-se a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), como documentos que vem direcionando massivamente a educação inclusiva como um princípio educativo, e sinalizam a necessidade de um currículo apropriado para estudantes que apresentam alguma necessidade educativa específica, matriculados na educação básica (UNESCO, 1994).

No Brasil, a Constituição Federal - CF (BRASIL, 1988), a Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96 (BRASIL, 1996) foram fundamentais para rever os grupos de estudantes em situação de vulnerabilidade social escolar e normatizar os processos educativos dando ênfase ao atendimento educacional especializado, aos estudantes com necessidades específicas com matrículas, preferencialmente na rede regular de ensino.

A LDBEN (BRASIL, 1996) pela primeira vez dedica um capítulo à educação especial e visibiliza o atendimento educacional especializado (AEE) como possibilidade de ascensão a inclusão da diversidade presente na educação escolar, com garantias não somente ao acesso, mas principalmente, nas expectativas de chegada ao final de um percurso escolar com sucesso.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) foi um dos principais marcos políticos na educação brasileira e retoma a educação inclusiva como um princípio dos processos de escolarização da diversidade escolar. Esta política pressupõe que na educação brasileira, alguns grupos antes marginalizados, façam parte do processo de educação escolar, exigindo transformação na educação, por vezes, prescindindo de atendimento educacional especializado para permanecer estudando e com acesso ao ‘conhecimento válido’ que é para todos. De acordo com Kassar (2007, p. 21) “a implantação de uma política de inclusão traz a ideia de uma população excluída”. A presença dessa categoria está amplamente presente nas proposições políticas para a educação, que a

exemplo do Brasil tem canalizado forças para o fortalecimento desse discurso. Está muito presente também no meio acadêmico e no senso comum. Daí a importância de se questionar “para que servem as escolas”? (YOUNG, 2007) e “Por que o conhecimento é importante para as escolas”? (YOUNG, 2016) e refletir sobre a atuação das práticas curriculares no contexto das escolas e do próprio processo de escolarização.

Com a recente publicação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019; 2020) os desafios docentes diante da diversidade humana se tornam ainda mais preocupante quando lidamos com os processos de ensino e aprendizagem que atendam as necessidades específicas e a todos de modo geral.

Arroyo (2000) salienta a importância de refletir sobre os grandes desafios que professores e professoras têm encontrado do seu cotidiano das práticas curriculares, particularmente, com as mudanças constantes nas políticas curriculares e colocar todos os esforços no sentido de melhorar as condições de trabalho no contexto da escola e, conseqüentemente, qualificar os percursos de escolarização de todos os estudantes, num ambiente cada vez mais humano possível. É preciso refletir sobre os limites e possibilidades entre o ensinar e aprender na cultura escolar, mas acima de tudo, refletir sobre como “[...] ensinar-aprender a ser gente” Arroyo (2000, p. 64) e aprender na e com a diversidade humana.

Por isso, refletir também sobre a diversificação e diferenciação curricular como reflexos de mudanças significativas requer “formas organizacionais de ofertas educativas, a que correspondem, por exemplo, tipos diferentes de cursos de ensino e modalidades de formação”, bem como, o confronto dos alunos “com percursos escolares diferentes, na perspectiva de um currículo alternativo” (PACHECO, 2008, p. 182).

O desafio lançado para o contexto das práticas curriculares está em

[...] organizar o processo de desenvolvimento do currículo que seja democrático e inclusivo, sabendo-se, no entanto, que toda e qualquer forma escolar contém em si um potencial de discriminação, mais ainda se a escola usar a linguagem da instrução em detrimento da linguagem da educação. (...) Pode-se dizer, por isso, que a discriminação é uma categoria criada a partir do interior da própria escola, ou seja, a escola, na forma como está organizada curricularmente, produz a desigualdade, não tanto no ponto de partida, mas essencialmente no ponto de chegada ou na conclusão de ciclos e níveis escolares, pelo que a democratização através da educação é um ideal que estará sempre confrontado com políticas e práticas de discriminação curricular (PACHECO, 2016, p. 117).

É nesse sentido que Pimenta (2005, p. 523) destaca ser fundamental a pesquisa na formação de professores, “[...] como sujeitos que podem construir conhecimento sobre o ensinar na reflexão crítica sobre sua atividade, na dimensão coletiva e contextualizada institucional e historicamente”. De acordo com Freire (2001, p. 39) “[...] o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre teoria e prática” no exercício da docência, como potencial transformador entre a reflexão e ação, de forma crítica. “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 2001, pp. 42-43).

Contribui dizer, que a efetiva práxis no contexto da educação básica, precisa estar alicerçada pela ética, respeito, dignidade e autonomia entre professor e aluno, como aponta Paulo Freire (2001). Para este autor é importante estarmos abertos a curiosidade, pois é ela que nos move para o aprendizado, especialmente, no exercício da docência, considerando que somos seres inacabados, portanto, sujeitos constantes de aprendizagens.

Por isso, as contribuições de Young (2007; 2016) nessa discussão vão desde a formação do professor até a formação dos alunos, ao considerar o “conhecimento poderoso” como forma de entender as relações em que os conhecimentos são definidos no currículo, por quem e para quem. É importante considerar na elaboração dos currículos o conhecimento que os estudantes trazem consigo, como forma de aproximar aos conhecimentos escolares, mas que não é base para a construção do currículo escolar, visto que, as referências decorrem das políticas curriculares que demarcam a base de um sistema educativo. Contudo, essa ideia tende a aproximar o que o aluno vive, considerando “que há uma ligação entre as expectativas emancipatórias associadas à expansão da escolaridade e a oportunidade que as escolas dão aos alunos de adquirir o “conhecimento poderoso”, ao qual eles raramente têm acesso em casa” (YOUNG, 2007, p. 1300). É nesse contexto que as políticas de inclusão escolar (entendida como parte da educação geral) das duas últimas décadas têm direcionado o atendimento dos estudantes definidos como público alvo da

educação especial, e os que se encontram em situação de vulnerabilidade na educação regular, indicando uma perspectiva de educação escolar mais inclusiva e mais acessível a todos.

Com efeito, considera-se necessário reconhecer a diversidade humana e suas interseccionalidades (RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2019) ampliar as discussões sobre os currículos locais, os conhecimentos que são veiculados no contexto das práticas curriculares, para quem e como é direcionado esse processo e refletir sobre a garantia de direitos, em especial, quando se trata de crianças e adolescentes, em um país com extrema desigualdade social, como o Brasil, que implementa políticas de inclusão, sem muitas vezes, disponibilizar as mínimas condições estruturais de permanecer na escola e, ao mesmo tempo, proporcionar aos educadores uma formação permanente que qualifique, de forma significativa, os percursos de aprendizagem de todos os alunos (PEREIRA, 2019; 2021).

Cury (2002, 2005) ressalta a importância de discutir as políticas inclusivas e compensatórias e o direito à educação, como possibilidades e limites, considerando o direito a igualdade, bem como, o direito à diferença. Desse modo, compreendo ser fundamental conhecer a fundo o papel da educação especial tomando a educação inclusiva como um princípio norteador das questões curriculares, e os desdobramentos das políticas de inclusão escolar para poder pensar em possibilidades palpáveis e reais na escolarização de todos os estudantes, quer por meio de um currículo base e/ou por meio de uma diferenciação curricular (PEREIRA, 2019).

Além disso, consideramos relevante colocar na pauta das discussões e definições das políticas de inclusão escolar, as práticas curriculares ao nível da diferenciação curricular (PLETSCH, SOUZA, ORLEANS, 2017; PEREIRA, 2019), por entendermos que, ao serem colocadas em atuação no contexto das práticas curriculares da escola comum, nem sempre refletem o mesmo movimento para a ação, considerando que algumas são menos prescritivas que outras e são interpretadas e traduzidas na prática conforme a realidade que cada um possui. A tradução das políticas educativas passa pelo processo de interpretação nas escolas, pelos profissionais que nelas atuam e que as colocam em movimento/ação nas suas práticas curriculares, considerando suas culturas e experiências, como destacam Ball Maguire e Braun (2016, p. 12).

Vale destacar, que as condições de organização curricular da escola, as práticas de transmissão pedagógica e os limites dos tempos e espaços podem desenvolver uma diferenciação positiva ou negativa (LUNARDI-MENDES, 2011). Por isso, a diferenciação curricular, como expressão mais ampla do processo de escolarização, requer que a diferenciação pedagógica, realizada em sala de aula, possa representar uma justiça curricular como expressão de justiça social no âmbito educacional (CONNELL, 1997; FRASER, 2002; 2009; SILVA, 2018) para aqueles alunos antes excluídos dos objetivos mais específicos da escola comum, para que acedam aos conhecimentos escolares que são válidos para todos.

Com efeito, as decisões das políticas de inclusão escolar tomadas em âmbito nacional podem não ser justas para todos os alunos. Por isso, seguir com o ideário da educação inclusiva nos sistemas educativos que privilegie a educação de todos e para todos faz-se necessário levar em conta a diferenciação curricular, para uma educação menos uniformizada e mais democrática, como a expressão mais real da justiça curricular, para os alunos que têm sido chamados de incluídos nas escolas comuns e que permanecem em sala de aula, muitas vezes, sem evoluir no acesso aos conhecimentos escolares como um direito válido para todos (PEREIRA, 2019).

Segundo Gadotti (1994, p. 579):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis, comprometendo seus atores e autores.

Desse modo, a formação permanente de professores e gestores escolares sobre os direitos educacionais são importantes para que se criem espaços de discussão, debates e de apropriação e construção de conhecimentos que possam, conseqüentemente, gerar transformação dentro do próprio contexto da escola regular, com responsabilidade e comprometimento com a diversidade, a inclusão e a acessibilidade de todos (PLETSCH, 2014).

A partir desse contexto é que situamos o presente programa de extensão, cuja execução prevê o desenvolvimento de cinco ações que se articulam e se complementam, e terá como foco o

aprofundamento teórico e prático, mediante o ciclo de palestra em rede, com ênfase na diversidade e inclusão escolar; formação mediada pela educação a distância focalizada na educação inclusiva e diferenciação curricular, como pauta da construção do currículo na e para a diversidade escolar; rodas de conversas sobre os direitos educacionais de crianças e adolescentes com as múltiplas linguagens; oficina de cartografia tátil e escolar; e, o seminário que tematizará a diversidade, inclusão e acessibilidade, como forma de socializar os resultados das atividades desenvolvidas no decorrer da execução deste programa de extensão.

1.6.3 Objetivos

Promover a criação de espaços formativos para profissionais da educação escolar, acadêmicos e demais interessados para o fortalecimento das redes de ensino, diante da diversidade humana na educação básica e as interseccionalidades que transversalizam a identidade humana, com atenção aos percursos escolares de todos os estudantes, tendo como desafio, a organização do currículo para a diversidade escolar no contexto da educação básica.

Mediante as ações previstas por este programa de extensão, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Criar espaços de formação permanente em rede com professores de diferentes municípios e redes de ensino do território catarinense, outros estados brasileiros e instituições educativas de outros países;
- Articular as ações propostas com o ensino, pesquisa e extensão universitária;
- Aprofundar os conhecimentos sobre as políticas curriculares, justiça curricular e de direitos humanos na perspectiva da educação inclusiva;
- Reconhecer a diversidade de estudantes, suas especificidades e interseccionalidades como elementos que fundamentam a organização curricular do contexto escolar local;
- Abordar estratégias para o trabalho colaborativo pedagógico na inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais e alunos e situação de vulnerabilidade nos espaços da educação básica e em espaços não escolares;
- Relacionar metodologias diferenciadas para o trabalho pedagógico como reflexo das práticas curriculares dos professores da educação básica, por meio das múltiplas linguagens;
- Fortalecer as práticas curriculares de professores e professoras por meio da reflexão da própria prática pedagógica como consequência da pesquisa-ação;
- Promover rodas de conversar entre estudantes e gerações mais experientes sobre o legado construído acerca do respeito e das marcas históricas que constroem a diversidade humana na comunidade escolar;
- Sistematizar e construir conhecimentos como consequência das produções geradas pelas ações de extensão;
- Socializar produções acadêmicas elaboradas coletivamente, decorrentes pelas atividades desenvolvidas por este programa de extensão.

1.6.4 Metodologia e Avaliação

A metodologia norteadora do programa de extensão seguirá os princípios da abordagem qualitativa de pesquisa ação na prática extensionista, conforme propõe Thiollent (2011). Esta metodologia caracteriza-se por ações intervencionistas, com a finalidade de provocar reflexões e mudanças no cenário real, em busca de soluções de problemas em questão. Como a primeira fase da pesquisa ação na prática extensionista consiste na fase exploratória, será oportunizado aos participantes momentos de trabalho colaborativo, por meio de diálogos constantes, como mecanismo de refletir e repensar sobre a própria cultura e sua valorização, como forma de construção da memória. Com base nesses dados coletados, a fase do planejamento de intervenção será construída coletivamente, com a participação da equipe executora, participantes e comunidade envolvida. O planejamento terá como objetivo desenvolver a percepção das práticas sociais que envolvem a apropriação das múltiplas linguagens para possibilitar a análise crítica como processo de conscientização para a transformação social e localizada nas práticas curriculares da educação básica. A fase da ação é o momento que envolve medidas práticas norteadas pelas nas fases anteriores, como resultado de um planejamento coletivo e colaborativo, conforme prevê Thiollent (2011). Serão contempladas nas ações intervencionistas atividades. Nesta serão desenvolvidas as atividades

apontadas e detalhadas em cada ação, com finalidade provocar diálogos, reflexões e análise crítica. A fase final da pesquisa ação é a avaliação. Embora a avaliação faça parte de todas as etapas do processo para realizar os ajustes necessários, na etapa final, a avaliação buscará socializar os resultados das etapas anteriores visando averiguar a clareza dos objetivos, resolução dos problemas e negociação dos objetivos como parte do contínuo processo de pesquisa com todos os atores envolvidos nas ações. Todas as atividades desenvolvidas farão parte do processo de avaliação e reflexão, tendo como princípio a análise crítica. A descrição analítica dos resultados também fará parte da avaliação, esta é uma das características apontadas por Thiollent (2011) para a fase da avaliação. A descrição analítica será contemplada por meio de relatório em forma de memorial, apontando detalhadamente todas as etapas para entregar a todos os participantes. A pesquisa ação vinculada a extensão universitária abrem novos horizontes para futuras pesquisas e ações extensionistas, e a avaliação é fundamental para este processo. Para atendermos as expectativas dos objetivos propostos, esse caminho metodológico contará com um conjunto de atividades que se vinculam às ações de extensão, das quais envolvem:

- Encontros periódicos com a equipe do projeto para planejar detalhadamente cada ação;
- Elaboração de um cronograma de para cada uma das ações quanto a divulgação e período de inscrição dos participantes;
- Organização e acompanhamento da execução e dos registros dos relatórios das ações;
- Organizar os encaminhamentos para a certificação dos participantes com frequência nas ações;
- Elaboração do relatório final do programa de extensão, mediante as ações desenvolvidas. As ações propostas encontram-se organizadas em cinco ações:

1ª Ação - Ciclo de palestra em rede: Direitos Humanos e inclusão escolar - 60 horas

Coordenadoras: Soeli Francisca Monte Blanco e Cléia Demétrio Pereira

Esta ação envolverá professores e gestores das redes municipais e estaduais da educação de Santa Catarina, assim como estudantes dos cursos de licenciaturas. As palestras em rede serão ofertadas presencialmente nos polos presenciais da UAB e redes de ensino de municípios parceiros deste programa de extensão. Esta ação proporcionará o envolvimento de professores e gestores que contribuíram para a construção do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019) e a relação que se estabelece com outras políticas curriculares, nesse caso, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que são referências para a construção dos currículos locais, tendo em conta a diferenciação curricular para os percursos formativos de crianças e estudantes da educação básica, subsidiados pelos princípios da diversidade humana e educação inclusiva. Esta formação em rede proporcionará o fortalecimento das redes de ensino no âmbito do território catarinense, diante dos desafios presentes nas práticas curriculares da educação básica.

2ª Ação - Curso de Extensão a distância “Educação inclusiva e diferenciação curricular: o currículo na e para a diversidade escolar” - 120 horas

Coordenadora: Cléia Demétrio Pereira e Maria da Glória Marques Bitencourt

Esta segunda ação contempla um público maior e envolverão professores e gestores escolares das redes municipais e estaduais da educação de Santa Catarina, estudantes dos cursos de licenciaturas e interessados da comunidade externa em geral. O curso será ofertado a distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle, do Centro de Educação a Distância – CEAD/UDESC. Este espaço de aprendizagem virtual proporcionará aos participantes refletir sobre os processos de inclusão escolar da diversidade humana no contexto da educação básica e a importância do trabalho colaborativo, subsidiados pelas políticas de educação inclusiva brasileira. Proporcionará ainda, repensar as relações que se estabelecem entre as políticas curriculares, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense e do Ensino Médio (SANTA CATARINA, 2019; 2020) como referenciais que fundamentam a construção das políticas curriculares locais e, em particular, do Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades educativas da educação básica.

3ª Ação - Rodas de conversas: (re)contando os direitos educacionais de crianças e adolescentes com as múltiplas linguagens – 40 horas

Coordenadora: Tânia Regina da Rocha Unglaub

As rodas de conversas serão ofertadas para crianças da educação infantil, estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio, e também educadores de escolas das redes de ensino de municípios parceiros. Esta ação proporcionará as crianças, estudantes e educadores refletirem sobre os direitos educacionais da diversidade humana que constituem os percursos de escolarização de crianças e adolescentes da educação básica.

4ª Ação - : Grupo de estudos: Direitos Humanos e Educação Inclusiva – 60 horas de certificação
Coordenadoras: Cléia Demétrio Pereira e Rosemy da Silva Nascimento

Esta ação envolve profissionais da educação e estudantes de cursos de licenciaturas, além do público externo interessado na temática proposta para aprofundamento dos estudos e se constitui como um espaço de aprendizagem, estudo, produção e disseminação do conhecimento. Os encontros do grupo de estudos ocorrerão na plataforma Moodle, com encontros mensais.

5ª Ação - Seminário “Direitos Humanos, Diversidade e Educação Inclusiva” – 20 horas Coordenadora: Cléia Demétrio Pereira e Mariléia Mendes Goulart

O Seminário será o momento de expor os resultados das ações desenvolvidas e culminará com apresentação de trabalhos, materiais pedagógicos e relatos de experiências dos diferentes espaços escolares e ações vinculadas ao presente Programa de Extensão, além de se constituir num dos espaços mais ampliados para ampliar as reflexões e os conhecimentos que direcionam os percursos formativos de todos os estudantes e também dos professores. Esta ação envolve profissionais da educação e estudantes de cursos de licenciaturas, além do público externo interessado na temática proposta.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO:

A avaliação fará parte de todo o processo da ação, desde a fase exploratória até a última fase, com objetivo de avaliar a clareza dos objetivos, identificação e resolução dos problemas e negociação dos objetivos. O diálogo e a reflexão analítica estarão presentes em todas as fases e atividades propostas. A avaliação final do será realizada através de conversas reflexivas, tendo como princípio a análise crítica. Também poderá ser organizado um relatório mais elaborado, como um DVD, contendo imagens, gravações e filmagem das atividades desenvolvidas, para que fique registrado a pesquisa e todo o processo avaliativo, podendo, inclusive, ser um instrumento de dados úteis à outras ações e pesquisas de relevância social, no contexto da educação brasileira.

1.6.5 Relação Ensino, Pesquisa e Extensão

A proposta do Programa de Extensão “Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Escolar”, em seu formato bienal, está vinculado ao CEAD/UDESC e conta com apoio do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade CEAD/UDESC, do Laboratório de Direitos Humanos CEAD/UDESC, do Laboratório de Educação e Sexualidade CEAD/UDESC, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NAEB/UDESC, do Laboratório de Educação Inclusiva CEAD/UDESC, No Núcleo Extensionista Rohdon NER/UDESC e do Observatório de Políticas Curriculares e Educação Inclusiva FAED/UDESC, que articulam interfaces entre extensão, ensino e pesquisa. A extensão universitária é entendida como “[...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (BRASIL, 2018).

O objetivo de promover a criação de espaços formativos para profissionais da educação escolar, acadêmicos e demais interessados para o fortalecimento das redes de ensino, diante da diversidade humana no contexto da educação básica e as interseccionalidades que transversalizam a identidade humana, com atenção aos percursos escolares de todos os estudantes, tendo como desafio, a organização do currículo para a diversidade escolar no contexto da educação básica, expressa o comprometimento com o contexto social educacional e cultural, entre a comunidade em geral e a universidade. As ações preveem a participação de profissionais da educação, crianças e adolescentes da

educação básica, de escolas públicas e pessoas do entorno da comunidade escolar, estudantes de cursos de licenciaturas e outros interessados em participar e parceiros de instituições de outros países, nesse caso Portugal e Angola. Consideramos a temática relevante e imprescindível para a construção da cidadania, de uma sociedade mais justa, respeitosa e atenta as necessidades educativas daqueles que se encontram em situação adversa à escolarização. Este programa ainda apresenta vinculação com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia a Distância (UDESC, 2017), no que diz respeito aos conteúdos das disciplinas de Educação Inclusiva; Simbologia Braille; Literatura Infante Juvenil; Leitura e Produção Textual; Direitos Humanos e Cidadania; Tecnologia, Educação e Aprendizagem, Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV, dentre outras, como às disciplinas de Metodologias para a Iniciação à Prática da Pesquisa e da extensão I, II e III, por também se vincular a proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UDESC, 2016), que prevê a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, para ter melhores condições na produção do conhecimento, ao envolver públicos diversificados do estado de Santa Catarina e fora dele. Norteadas pela metodologia da pesquisa ação, este programa concebe a pesquisa como estímulo à dúvida e os problemas que emergem da prática social e a extensão, por sua vez, como uma perspectiva da produção do conhecimento.

1.6.6 Avaliação Pelo Público

Será realizada com os participantes uma avaliação, mediante as ações desenvolvidas, como forma de acompanhar e registrar questões que poderão ser indicadores para melhoria das atividades desenvolvidas.

Pela Equipe

A avaliação pela equipe executora ocorrerá ao final das intervenções realizadas e sempre que necessário, por meio de reuniões previstas, a fim de compartilhar os reflexos das ações, e, caso necessário, fazer novos ajustes, como forma de aperfeiçoar e qualificar as atividades extensionistas a serem desenvolvidas.

1.6.7 Referências Bibliográficas

- AGRELOS, C. da S. T.; NOZU, W. C. S. (Con)textualização da política de educação especial em um município sul-mato-grossense. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp2, p. 1360–1376, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp2.15130. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15130>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ARROYO, M. Ofício de Mestre: Imagens e Autoimagens. 13. ed. Petrópolis, RJ ed. Editora: Vozes, 2011.
- BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 99-116, dez. 2001.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: DF, 23 de dez., 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, 2014.
- BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.
- BRASIL. MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, v.4, p. 7‐17, jan./jun. 2008.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília, DF: Inep, 2015.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: Senado Federal - UNESCO, 2001.
- BRASIL. Resolução Nº 7, de 18 de Dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o

Plano Nacional de Educação – PNE -2014-2024- e dá outras providências, 2018.

CONNELL, R. W. Escuelas y justicia social. Madrid: Ediciones Morata, 1997.

CURY, C. A. J.. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.116, p. 245-262, jul. 2002.

CURY, C. A. J.. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna. 2004. 112p.

REDRIGUES, D. A Inclusão como Direito Humano Emergente. In: I Congresso Internacional Direitos Humanos e Escola Inclusiva: Construindo Boas Práticas Escola Superior de Educação e Comunicação Universidade do Algarve- Faro. Leonor Borges, Cláudia Luísa, Maria Helena Martins (Orgs). Edição: Algarve, 2015.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais. Lisboa, (63), 7-20, 2002. Recuperado de <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>>. Acesso em 28 de setembro de 2019.

FRASER, N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. Lua Nova. (77), 11-39, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000200001>>. Acesso em 28 de setembro de 2019.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC. Conferência nacional de educação para todos. Anais. Brasília, 1994.

IHERING, R. V.. A Luta pelo Direito. Tradução de J. Cretella Jr. E Agnes Cretella. - Ed. Rev. Da tradução - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

KASSAR, M. de C. M. et al. Política de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas. In: JESUS, D. M. et al (orgs.) Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: edição/Prefeitura de Vitória/CDV/FACITEC, 2007, pp. 21-31.

LUNARDI-MENDES, G. M. As práticas curriculares nos cadernos escolares: registros de inclusão? In M. D. Pletsch & A. Damasceno (Orgs.). Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico (pp. 137-148). Rio de Janeiro: Edur, 2011.

PACHECO, J. A. Notas sobre Diversificação/Diferenciação curricular em Portugal. InterMeio: Revista do PPGE, Campo Grande: MS, 14(28), pp. 178-187, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/2498>>. Acesso em 30/09/2019.

PACHECO, J. A. Currículo e Inclusão Escolar: (In)variantes educacionais e curriculares. In Revista Teias, 17(46), pp. 110-124, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/teias.2016.25648>>. Acesso em 30/09/2019.

PEREIRA, C. D.; Lunardi-Mendes, G. M. As diferenças da diferenciação curricular: práticas curriculares na escolarização de alunos com deficiência intelectual da educação básica no Brasil e em Portugal. In: Políticas e práticas em educação especial e inclusão. Orgs. Washington Cesar Shoitzi Nozu, Maria Edith Romano Siems, Mônica de Carvalho Magalhães Kassar – Curitiba: Íthala, 2021, pp. 15-165.

PEREIRA, C. D. Políticas de inclusão escolar: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal ao nível da diferenciação curricular na educação básica. 321f. (Tese de Doutorado em Ciências da Educação – Universidade do Minho), 2019.

PEREIRA, C. D.; PACHECO, J. A.; LUNARDI-MENDES, G. M.. Diferenciação curricular nas políticas de inclusão escolar: um estudo entre Brasil e Portugal. In: III Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, Educação, Formação e Crioulidade: UniCV - Praia/Cabo Verde, 2017.

PEREIRA, C. D.; PACHECO, J. A.; LUNARDI-MENDES, G. M.. Estudos do currículo e inclusão escolar no campo da política educacional. In: XII Colóquio sobre Questões Curriculares, VII Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo, II Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares: UFP - Pernambuco, 2016.

PEREIRA, C. D.; UNGLAUB, T. R.. Políticas educacionais na formação de professores em interface com o estágio curricular obrigatório do curso de pedagogia. In: Desafios da formação docente frente as políticas públicas, Orgs. SILVA, Maria Cristina da Rosa Fonseca; SANTOS, Vera Márcia Marques Santos. Florianópolis: UDESC, 2016.

PEREIRA, C.; GARCEZ, A. F. Direitos Humanos e inclusão escolar na formação de professores da

educação básica: aproximações entre o direito constitucional e a prática escolar. In: 33º SEURS Seminário de Extensão Universitária da Região Sul: Extensão e cidade: Caminhos de interação, desenvolvimento e visibilidades, UNIPAMPA. Bagé/RS, 2015.

PIMENTA, S. G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências na formação e atuação docente. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez., pp. 521-539, 2005.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. de & ORLEANS, L. F. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. In *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 14(35), 264-281, 2017. Disponível em: <10.5935/2238-1279.20170014PDF>. Acesso em

PLETSCH, M. D. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. *Póesis Pedagógica*, Catalão-GO, 12(1), 7-26, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rpp.v12i1.31204>>. Acesso em 25 de setembro de 2019.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Coleção Feminismos Plurais, Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

RODRIGUES, D. A. Dimensões éticas da educação inclusiva. In: Políticas e práticas em educação especial e inclusão. Orgs. Washington Cesar Shoiti Nozu, Maria Edith Romano Siems, Mônica de Carvalho Magalhães Kassar – Curitiba: Íthala, 2021, pp. 14-25.

SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense, 2019.

SILVA, R. R. D. Revisitando a noção de justiça curricular: problematizações ao processo de seleção dos conhecimentos escolares. *Educação em Revista*. 2018, vol. 34, p. 16882, jan. 18, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698168824>>. Acesso em 25 de setembro de 2019. THIOLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, F. F. Desenvolvimento humano e educação das pessoas com deficiência nos documentos das políticas sociais e de direitos humanos no sistema da onu: equidade, funcionalidade e tecnologia. In: Políticas e práticas em educação especial e inclusão. Orgs. Washington Cesar Shoiti Nozu, Maria Edith Romano Siems, Mônica de Carvalho Magalhães Kassar – Curitiba: Íthala, 2021, pp. 26-38.

UDESC. Projeto Pedagógico do Curso de licenciatura em pedagogia na modalidade a distância - (EDITAL Nº 075/2014 CAPES/UAB), 2017. Disponível em:

<https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/840/PPC_altera_o_Pedagogia_CEAD_UDESC_VERS_O_FINAL_15391128072113_840.pdf>. Acesso em 05/10/2019.

UDESC. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2017-2021, 2016. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/PDI_2017_2021_1_21_10_0680670001477414630.pdf>. Acesso em 05/10/2019.

UDESC. Projeto de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Educação Inclusiva, 2017. Disponível em: <<http://secon.udesc.br/consuni/resol-anexos/2017/026-2017-cni-anexo.pdf>>. Acesso em 05/10/2019.

UNESCO. Conferência Mundial de Educação para Todos. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: Tailândia, 1990.

UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais: Salamanca: Espanha, 1994.

YOUNG, M. F. Para que servem as escolas? In *Revista Educação & Sociologia*. Campinas, 28(101), 1287-1302, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>>. Acesso em 25 de setembro de 2019.

YOUNG, M. F. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI? *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 159, p. 18-37, 2016. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00018.pdf>>. Acesso em 28 de setembro de 2019.

1.6.8 Observações

O presente programa de extensão é uma Ação de Extensão Curricular por estar afeto a um Centro de Ensino que tem em sua grade curricular a disciplina de Direitos Humanos, Políticas Pública e Multiculturalidade, Estágio Curricular Supervisionado, Educação Inclusiva que dá embasamento teórico

para o referido Programa de Extensão, assim como as atividades do Núcleo Extensionista Rondon (NER/UDESC), por meio das atividades com imersão social. Destaca-se também a trajetória de ensino, pesquisa e extensão de sua coordenadora e de demais professoras participantes contribuem para efetivação do projeto com qualidade. A equipe que tem atuação nas disciplinas sinalizadas, além de outras disciplinas que envolvem metodologias de pesquisa e extensão, com produção de material didático-pedagógico, bem como outras bases de estudos em pesquisa que também dão subsídios para qualificar a proposta. Importa dar ênfase que referido programa de extensão está alinhado ao “Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino; Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade”, reforçando o indissociabilidade, ensino, pesquisa e extensão, e diretamente ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC (NEAB), Laboratório de Direitos Humanos (LabDH) e ao Laboratório Multidisciplinar de Material Didática para a EAD (Multi.Lab.EaD) proporcionando práticas extensionistas, pesquisas e ensino voltados para a interseccionalidade humana, considerando aspectos mais amplos da diversidade humana. O presente programa de extensão se caracteriza interdepartamental, ao mesmo tempo que intercentro, considerando a participação dos colegas de outros departamentos e de outros centros da UDESC: Profa. Soeli Francisca Monte Blanco do Departamento de Educação Científica e Tecnológica – DECT/CEAD; Prof. Dr. Fábio Pugliesi do Departamento de Administração Empresarial, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG/UDESC, Prof. Dr. Fábio Manoel Caliaro do Departamento de Tecnologia Industrial (DTI) do Centro de Educação Planalto Norte – CEPLAN/UDESC - São Bento do Sul. Destaca-se ainda a relação interinstitucional e também internacional, com a parceria da Profa. Mariléia Mendes Goulart da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, da Profa. Dra. Rosemy Nascimento da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Dr. Washington César Shoiti Nozu da Universidade Federal da Grande Dourado – UFGD e, para além do Brasil, a parceria com o Prof. António Antonio Tonny da Escola Superior Politécnica do Zaire (Soyo) em Angola e o apoio do Prof. Dr. David Rodrigues da Universidade de Lisboa-Portugal.

1.7 Divulgação/Certificados

Meios de Divulgação:	Folder, Mala Direta, Internet
Outros meios de Divulgação:	Por emails e redes sociais, instagram e facebook
Contato:	Site para a inscrição: www.cead.udesc.br @udesc.cead labdhumanoscead@gmail.com Laboratório de Direitos Humanos - LabDH e Laboratório de Educação e Sexualidade - LabEduSex Av. Madre Benvenuta, 2007 Centro de Educação a Distância - CEAD
Emissão de Certificados:	Participantes, Equipe de Execução
Qtde Estimada de Certificados para Participantes:	1200
Qtde Estimada de Certificados para Equipe de Execução:	30
Total de Certificados:	1230
Menção Mínima:	MS
Frequência Mínima (%):	75
Justificativa de Certificados:	Justificado pela Política Institucional (Udesc) de Extensão Universitária: atividade de formação extracurricular, em conformidade com a legislação pertinente e vigente, [...], com o

objetivo de contribuir para articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais. A previsão da quantidade de certificado diz respeito ao total de participantes das ações envolvidas nesse programa de extensão. E para validar a participação dos inscritos, certificaremos a todos os participantes que atingirem a média de 75% de frequência nas ações.

1.8 Outros Produtos Acadêmicos

Gera Produtos: Sim

Produtos: Anais
Artigo Completo
Capítulo de Livro
Jogo Educativo
Livro
Manual
Oficina
Pôster
Produto Audiovisual-Outros
Produto Audiovisual-Vídeo
Relato de Experiência
Resumo (Anais)
Revista

Descrição/Tiragem: Os resultados e produtos das ações extensionistas desse programa de extensão serão divulgados e compartilhados junto as redes de comunicação e redes sociais da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), além de partilhar em eventos da área da educação, programas de rádio, redes sociais, pôster, bem como as publicações em livros e revistas.

1.9 Anexos

Nome	Tipo
tania_labdh.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX
neab_tania.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX
ner_tania.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX
tubarao.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX
tania_marli.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX

planilha_proceu_2021_tania.xlsx	Planilha(modelo) de Ações vinculadas a Programas - Edital 01/2021 PROCEU/PAEX
---------------------------------	---

2. Equipe de Execução

2.1 Membros da Equipe de Execução

Docentes da UDESC

Nome	Regime - Contrato	Instituição	CH Total	Funções
Alfredo Balduino Santos	40 horas	UDESC	36 hrs	Membro da Comissão Organizadora, Palestrante, Colaborador(a)
Ana Flávia Garcez	40 horas	UDESC	29 hrs	Membro da Comissão Organizadora, Colaborador(a)
Carmen Maria Cipriani Pandini	40 horas	UDESC	34 hrs	Colaborador(a)
Cléia Demétrio Pereira	40 horas	UDESC	304 hrs	Ministrante, Membro da Comissão Organizadora, Palestrante, Vice-Coordenador
Fabio Pugliesi	40 horas	UDESC	36 hrs	Ministrante, Palestrante, Colaborador(a)
Fábio Manoel Caliar	40 horas	UDESC	36 hrs	Ministrante, Palestrante, Colaborador(a)
Gabriela Maria Dutra de Carvalho	40 horas	UDESC	56 hrs	Ministrante, Membro da Comissão Organizadora, Colaborador(a)

Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	40 horas	UDESC	51 hrs	Ministrante, Membro da Comissão Organizadora, Palestrante, Colaborador(a)
Tania Regina da Rocha Unglaub	40 horas	UDESC	227 hrs	Coordenador(a), Membro da Comissão Organizadora
Vera Márcia Marques Santos	40 horas	UDESC	36 hrs	Ministrante, Palestrante, Colaborador(a)

Discentes da UDESC

Nome	Curso	Instituição	Carga	Funções
Andréia Regina Anacleto da Silva	Mestrado Profissional Em Educação Inclusiva - Profei	UDESC	74 hrs	Membro da Comissão Organizadora, Colaborador(a)
Gabriela Cristina Martins Demetrio	Licenciatura Em Informática	UDESC	91 hrs	Discente Voluntário(a)
Janine Soares da Rosa de Moraes	Licenciatura Em História	UDESC	91 hrs	Discente Voluntário(a)
Julia André Vargas	Pedagogia	UDESC	91 hrs	Discente Voluntário(a)
Jéssica Galvão Sansão Lima	Mestrado Em Educação Inclusiva	UDESC	69 hrs	Discente Voluntário(a)
Leticia Silva Fiuza	Pedagogia	UDESC	91 hrs	Discente Voluntário(a)
Nicole da Cruz Rabello	Pedagogia	UDESC	69 hrs	Discente Voluntário(a)
Sonia Mara de Fátima da Silva Franciski	Profei	UDESC	74 hrs	Membro da Comissão Organizadora, Colaborador(a)

Técnico-administrativo da UDESC

Nome	Regime de Trabalho	Instituição	Carga	Função
Luzitânia Maura Miranda	30 horas	UDESC	91 hrs	Membro da Comissão Organizadora, Colaborador(a)
Maria Helena Tomaz	40 horas	UDESC	56 hrs	Palestrante, Colaborador(a)

Marilane Machado de Azevedo Maia	40 horas	UDESC	34 hrs	Palestrante, Colaborador(a)
-------------------------------------	----------	-------	--------	--------------------------------

Outros membros externos a UDESC

Não existem Membros externos na sua atividade

Coordenador:

Nome: Tania Regina da Rocha Unglaub

Nº de Matrícula: 342696301

CPF: 27641441807

Email: taniaunglaub@gmail.com

Categoria: Professor Adjunto

Fone/Contato: / 48-99120214

2.2 Cronograma de Atividades

Atividade: Ação 01 - Ciclo de palestra em rede: Direitos Humanos e inclusão escolar

Início: Fev/2022 **Duração:** 22 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 22 Horas/Mês

Responsável: Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco (C.H. 1 hora/Mês)

Membros Vinculados: Vera Márcia Marques Santos (C.H. 1 hora/Mês)
Tania Regina da Rocha Unglaub (C.H. 2 horas/Mês)
Sonia Mara de Fátima da Silva Franciski (C.H. 2 horas/Mês)
Maria Helena Tomaz (C.H. 1 hora/Mês)
Luzitânia Maura Miranda (C.H. 1 hora/Mês)
Leticia Silva Fiuza (C.H. 1 hora/Mês)
Julia André Vargas (C.H. 1 hora/Mês)
Janine Soares da Rosa de Moraes (C.H. 1 hora/Mês)
Gabriela Maria Dutra de Carvalho (C.H. 1 hora/Mês)
Gabriela Cristina Martins Demetrio (C.H. 1 hora/Mês)
Fábio Manoel Caliarí (C.H. 1 hora/Mês)
Fabio Pugliesi (C.H. 1 hora/Mês)
Cléia Demétrio Pereira (C.H. 4 horas/Mês)
Andréia Regina Anacleto da Silva (C.H. 2 horas/Mês)
Alfredo Balduino Santos (C.H. 1 hora/Mês)

Atividade: Ação 02 - Curso de Extensão a distância Educação inclusiva e diferenciação curricular: o currículo na e para a diversidade escolar

Início: Mar/2022 **Duração:** 20 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 13 Horas/Mês

Responsável: Cléia Demétrio Pereira (C.H. 4 horas/Mês)

Membros Vinculados: Tania Regina da Rocha Unglaub (C.H. 1 hora/Mês)
Nicole da Cruz Rabello (C.H. 1 hora/Mês)
Luzitânia Maura Miranda (C.H. 1 hora/Mês)
Leticia Silva Fiuza (C.H. 1 hora/Mês)
Jéssica Galvão Sansão Lima (C.H. 1 hora/Mês)

Julia André Vargas (C.H. 1 hora/Mês)
Janine Soares da Rosa de Moraes (C.H. 1 hora/Mês)
Gabriela Cristina Martins Demetrio (C.H. 1 hora/Mês)
Carmen Maria Cipriani Pandini (C.H. 1 hora/Mês)

Atividade: Ação 03 - Rodas de conversas: (re)contando os direitos educacionais de crianças e adolescentes com as múltiplas linguagens

Início: Mai/2022 **Duração:** 20 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 17 Horas/Mês

Responsável: Tania Regina da Rocha Unglaub (C.H. 6 horas/Mês)

Membros Vinculados: Nicole da Cruz Rabello (C.H. 1 hora/Mês)
Marilane Machado de Azevedo Maia (C.H. 1 hora/Mês)
Maria Helena Tomaz (C.H. 1 hora/Mês)
Luzitânia Maura Miranda (C.H. 1 hora/Mês)
Leticia Silva Fiuza (C.H. 1 hora/Mês)
Jéssica Galvão Sansão Lima (C.H. 1 hora/Mês)
Julia André Vargas (C.H. 1 hora/Mês)
Janine Soares da Rosa de Moraes (C.H. 1 hora/Mês)
Gabriela Maria Dutra de Carvalho (C.H. 1 hora/Mês)
Gabriela Cristina Martins Demetrio (C.H. 1 hora/Mês)
Cléia Demétrio Pereira (C.H. 1 hora/Mês)

Atividade: Ação 04 - Grupo de estudos: Direitos Humanos e Educação Inclusiva

Início: Ago/2022 **Duração:** 15 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 18 Horas/Mês

Responsável: Cléia Demétrio Pereira (C.H. 4 horas/Mês)

Membros Vinculados: Tania Regina da Rocha Unglaub (C.H. 1 hora/Mês)
Sonia Mara de Fátima da Silva Franciski (C.H. 2 horas/Mês)
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco (C.H. 1 hora/Mês)
Nicole da Cruz Rabello (C.H. 1 hora/Mês)
Luzitânia Maura Miranda (C.H. 1 hora/Mês)
Leticia Silva Fiuza (C.H. 1 hora/Mês)
Jéssica Galvão Sansão Lima (C.H. 1 hora/Mês)
Julia André Vargas (C.H. 1 hora/Mês)
Janine Soares da Rosa de Moraes (C.H. 1 hora/Mês)
Gabriela Cristina Martins Demetrio (C.H. 1 hora/Mês)
Andréia Regina Anacleto da Silva (C.H. 2 horas/Mês)
Ana Flávia Garcez (C.H. 1 hora/Mês)

Atividade: Ação 05 - Seminário Direitos Humanos, Diversidade e Educação Inclusiva

Início: Set/2022 **Duração:** 14 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 23 Horas/Mês

Responsável: Cléia Demétrio Pereira (C.H. 4 horas/Mês)

Membros Vinculados: Vera Márcia Marques Santos (C.H. 1 hora/Mês)

Tania Regina da Rocha Unglaub (C.H. 2 horas/Mês)
 Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco (C.H. 1 hora/Mês)
 Nicole da Cruz Rabello (C.H. 1 hora/Mês)
 Marilane Machado de Azevedo Maia (C.H. 1 hora/Mês)
 Maria Helena Tomaz (C.H. 1 hora/Mês)
 Luzitânia Maura Miranda (C.H. 1 hora/Mês)
 Leticia Silva Fiuza (C.H. 1 hora/Mês)
 Jéssica Galvão Sansão Lima (C.H. 1 hora/Mês)
 Julia André Vargas (C.H. 1 hora/Mês)
 Janine Soares da Rosa de Moraes (C.H. 1 hora/Mês)
 Gabriela Maria Dutra de Carvalho (C.H. 1 hora/Mês)
 Gabriela Cristina Martins Demetrio (C.H. 1 hora/Mês)
 Fábio Manoel Caliarí (C.H. 1 hora/Mês)
 Fabio Pugliesi (C.H. 1 hora/Mês)
 Carmen Maria Cipriani Pandini (C.H. 1 hora/Mês)
 Ana Flávia Garcez (C.H. 1 hora/Mês)
 Alfredo Balduino Santos (C.H. 1 hora/Mês)

Responsável	Atividade	2022											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	Ação 01 - Ciclo de palestra em rede: Direit...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cléia Demétrio Pereira	Ação 02 - Curso de Extensão a distância Edu...	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tania Regina da Rocha Unglaub	Ação 03 - Rodas de conversas: (re)contando ...	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
Cléia Demétrio Pereira	Ação 04 - Grupo de estudos: Direitos Humano...	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X
Cléia Demétrio Pereira	Ação 05 - Seminário Direitos Humanos, Diver...	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X

Responsável	Atividade	2023											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	Ação 01 - Ciclo de palestra em rede: Direit...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-
Cléia Demétrio Pereira	Ação 02 - Curso de Extensão a distância Edu...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-
Tania Regina da Rocha Unglaub	Ação 03 - Rodas de conversas: (re)contando ...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cléia Demétrio Pereira	Ação 04 - Grupo de estudos: Direitos Humano...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-
Cléia Demétrio Pereira	Ação 05 - Seminário Direitos Humanos, Diver...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-

3. Receita

3.1 Arrecadação

Não há Arrecadação.

3.2 Recursos da IES (UDESC)

Bolsas	Valor(R\$)
Bolsa - Auxílio Financeiro a Estudantes (3390-18)	0,00
Bolsa - Auxílio Financeiro a Pesquisadores (3390-20)	0,00
Subtotal	R\$ 0,00

Rubricas	Valor(R\$)
Material de Consumo (3390-30)	0,00

Passagens e Despesas com Locomoção (3390-33)	0,00
Diárias - Pessoal Civil (3390-14)	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (3390-36)	18.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (3390-39)	12.000,00
Equipamento e Material Permanente (4490-52)	0,00
Encargos Patronais (3390-47)	0,00
Subtotal	R\$ 30.000,00
Total:	R\$ 30.000,00

3.3 Recursos de Terceiros

Não há Recursos de Terceiros.

3.4 Receita Consolidada

Elementos da Receita (Com Bolsa)	R\$
Subtotal 1 (Arrecadação)	0,00
Subtotal 2 (Recursos da IES (UDESC): Bolsas + Outras Rubricas)	30.000,00
Subtotal 3 (Recursos de Terceiros)	0,00
Total	30.000,00

Elementos da Receita (Sem Bolsa)	R\$
Subtotal 1 (Arrecadação)	0,00
Subtotal 2 (Recursos da IES (UDESC): Rubricas)	30.000,00
Subtotal 3 (Recursos de Terceiros)	0,00
Total	30.000,00

4. Despesas

Elementos de Despesas	Arrecadação (R\$)	IES (UDESC)(R\$)	Terceiros (R\$)	Total (R\$)
Bolsa - Auxílio Financeiro a Estudantes (3390-18)	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsa - Auxílio Financeiro a Pesquisadores (3390-20)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal 1	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias - Pessoal Civil (3390-14)	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo (3390-30)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção (3390-33)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (3390-36)	0,00	18.000,00	0,00	18.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (3390-39)	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00

Equipamento e Material Permanente (4490-52)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas (Impostos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Total	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00

Valor total solicitado em Reais: R\$ 30.000,00
Trinta Mil Reais

A seguir são apresentadas as despesas em relação a cada elemento de despesa da atividade: Diárias - Pessoal Civil, Material de Consumo, Passagens e Despesas com Locomoção, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Equipamento e Material Permanente, Bolsistas e Outras Despesas. Nos respectivos quadros de despesas são apresentados itens específicos, sendo relevante destacar o campo “Fonte”. O campo “Fonte” refere-se à origem do recurso financeiro, podendo ser Arrecadação, Instituição e Terceiros.

4.1 Despesas - Diárias

Não há Diárias.

4.2 Despesas - Material de Consumo

Não há Material de Consumo.

4.3 Despesas - Passagens

Não há Passagem.

4.4 Despesas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Descrição	Fonte	Custo Total
Pagamento de pró-labore a palestrantes, oficinairos/as e tutores/as.	IES (UDESC)	R\$ 18.000,00
Total		R\$18.000,00

Observação: Contratação de palestrantes, oficinairos e tutores online para os cursos vinculados ao programa de extensão em questão.

4.5 Despesas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Descrição	Fonte	Custo Total
Serviços de designer e revisão de livro e e-book.	IES (UDESC)	R\$ 12.000,00
Total		R\$12.000,00

Observação: Elaboração de material didático-pedagógico e publicação de livro, considerando as ações propostas. Serviço de impressão gráfica de produção e publicação de e-book e livro.

4.6 Despesas - Equipamento e Material Permanente

Não há Equipamento ou Material Permanente

4.7 Despesas - Bolsistas

Nome do Bolsista	Início/Término	Fonte	Tipo Institucional	Remuneração/Mês	Custo Total
------------------	----------------	-------	--------------------	-----------------	-------------

[!] A ser selecionado	01/02/2022 31/01/2024	IES (UDESC)	Discente de Graduação	0,00	0,00
[!] A ser selecionado	01/02/2022 31/01/2024	IES (UDESC)	Discente de Graduação	0,00	0,00
Total					R\$0,00

Plano de Trabalho do(s) Bolsista(s)

[!] A ser selecionado

Carga Horária Semanal: 0 hora(s)

Objetivos:

Objetivos:

Oportunizar aos bolsistas de extensão participar da organização das atividades relacionadas ao planejamento, acompanhamento e avaliação das ações vinculadas ao presente programa de extensão.

Atividades a serem desenvolvidas/Mês:

Atividades a serem desenvolvidas/Mês:

- Apoio na organização das informações referente as ações de extensão;
- Organização do material do programa e das ações realizadas;
- Auxílio na elaboração de material para divulgação das ações;
- Participação nas reuniões da equipe;
- Organização das inscrições dos participantes;
- Desenvolvimento de atividades externas, quando necessário;
- Estudo sobre a temática extensão e outras pertinentes ao programa de extensão;
- Elaboração do relatório de bolsista.

[!] A ser selecionado

Carga Horária Semanal: 0 hora(s)

Objetivos:

Objetivos:

Oportunizar aos bolsistas de extensão participar da organização das atividades relacionadas ao planejamento, acompanhamento e avaliação das ações vinculadas ao presente programa de extensão.

Atividades a serem desenvolvidas/Mês:

Atividades a serem desenvolvidas/Mês:

- Apoio na organização das informações referente as ações de extensão;
- Organização do material do programa e das ações realizadas;
- Auxílio na elaboração de material para divulgação das ações;
- Participação nas reuniões da equipe;
- Organização das inscrições dos participantes;
- Desenvolvimento de atividades externas, quando necessário;
- Estudo sobre a temática extensão e outras pertinentes ao programa de extensão;
- Elaboração do relatório de bolsista.

4.8 Despesas - Outras Despesas

Descrição	Fonte	Custo Total
INSS - 0%	Arrecadação	R\$ 0,00
ISS - 0%	Arrecadação	R\$ 0,00
PATRONAL - 0%	Arrecadação	R\$ 0,00
SubTotal 1		R\$ 0,00
INSS - 0%	IES (UDESC)	R\$ 0,00
ISS - 0%	IES (UDESC)	R\$ 0,00
PATRONAL - 0%	IES (UDESC)	R\$ 0,00
SubTotal 2		R\$ 0,00

INSS - 0%	Terceiros	R\$ 0,00
ISS - 0%	Terceiros	R\$ 0,00
PATRONAL - 0%	Terceiros	R\$ 0,00
SubTotal 3		R\$ 0,00
Total		R\$0,00

4.9 Despesas - Resolução de Destinação Específica da IES (UDESC)

Discriminação	R\$
Total	0,00

5. Critérios para Avaliação da Ação (Reservado à Comissão de Extensão)

Seleção no Centro		Pontuação	
1.	Atuação transformadora e de impacto sobre questões regionais prioritárias.		
2.	Interação concreta com a comunidade e seus segmentos significativos.		
3.	Relevância social, ambiental, artístico, cultural, científica e/ou econômica.		
4.	Atendimento às áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.		
5.	Caráter interdisciplinar, interdepartamental, intercentros, interinstitucional.		
6.	Pertinência técnica e metodológica da ação.		
7.	Articulação entre ensino, pesquisa e produção artístico-cultural.		
8.	Divulgação do Curso, Centro e Instituição.		
9.	Compatibilidade entre os recursos solicitados e as exigências da atividade.		
10.	Possibilidade de impactos das ações do projeto, no processo de qualificação social dos estudantes e dos cursos envolvidos na execução.		
Total			

Cada item receberá pontuação até 1 (um).

Os itens acima deverão ser utilizados para a análise de cada atividade recebendo a pontuação adequada.

Parecer do Departamento:	
Relator(a)	Chefe do Departamento
Data de aprovação:	

Parecer da Comissão de Extensão:

Relator(a)

Presidente da Comissão

Data de aprovação:

Parecer do Conselho de Centro:

Relator(a)

Presidente do Conselho

Data de aprovação na unidade executora:

RESERVADO À PROEX:

Data de Entrada: / /

Aprovado em: / /

Não Aprovado: ()

Justificativa:

Relator(a)

_____, 16/08/2021
Local

Tania Regina da Rocha Unglaub
Coordenador(a)/Tutor(a)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **UX630BZ8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



TANIA REGINA DA ROCHA UNGLAUB (CPF: 276.XXX.418-XX) em 18/08/2021 às 23:56:48

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:10:53 e válido até 13/07/2118 - 15:10:53.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwMzE4MjZfMzE5MDdfMjAyMV9VWDYzMEJaOA==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00031826/2021** e o código **UX630BZ8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.